



Termômetro do Radar de Projetos (TRP)



OFERECIDO POR:

Azevedo Sette
ADVOGADOS

Iluminação Pública

Análise de Segmento

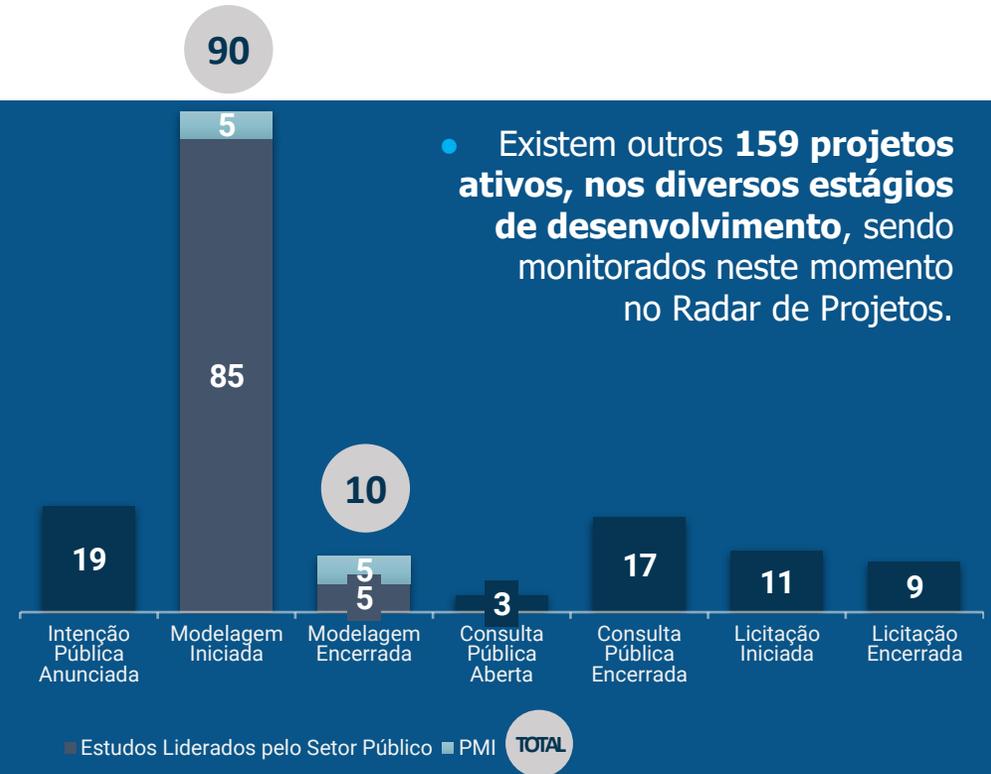


setembro
2022

05 de setembro de 2022

O Radar de Projetos

- O segmento de Iluminação Pública é o segundo em concentração de projetos, com 488 iniciativas identificadas.
- O Radar de Projetos, banco de dados da Radar PPP possui, atualmente, **informações sobre mais de 4.000 projetos**, distribuídos em 19 segmentos, tendo mapeado, analisado e sistematizado todos os dados disponíveis, o que permite análises globais sobre tendências neste modelo de contratação e análise comparativa da experiência nacional.
- São **69 os contratos de PPP no segmento de Iluminação Pública** monitorados em nosso banco de dados.



- Existem outros **159 projetos ativos**, nos diversos estágios de desenvolvimento, sendo monitorados neste momento no Radar de Projetos.

- Além desses, há outros 263 projetos, não computados no gráfico acima, com o status de paralisado, mas que **podem retornar para situação de ativos ainda em 2022.**



Nos últimos 30 dias...



6
novos projetos inseridos

foram detectados 6 novos projetos, sendo todos na região sudestes, em municípios do ES, MG e RJ.



4
consultas públicas abertas

4 projetos alcançaram a fase de Consulta Pública e estão localizados em municípios dos estados de SP (2), MG e RS.



3
licitações publicadas

3 Licitações iniciadas, localizadas em municípios de MG (2) e PR (destaque para a capital Curitiba-PR)



21
novidades capturadas

21 novidades capturadas, por meio de publicações governamentais nos últimos 30 dias, impactaram 50 projetos, atualizando seus históricos.



17
eventos mapeados

a agenda dos projetos revela 17 eventos associados a 21 projetos para os próximos 30 dias.

Novos Projetos

Iluminação Pública (Buritizeiro)

Iluminação Pública

Modelagem – Estudos Liderados pelo Setor Público Iniciados



Minas Gerais | Buritizeiro

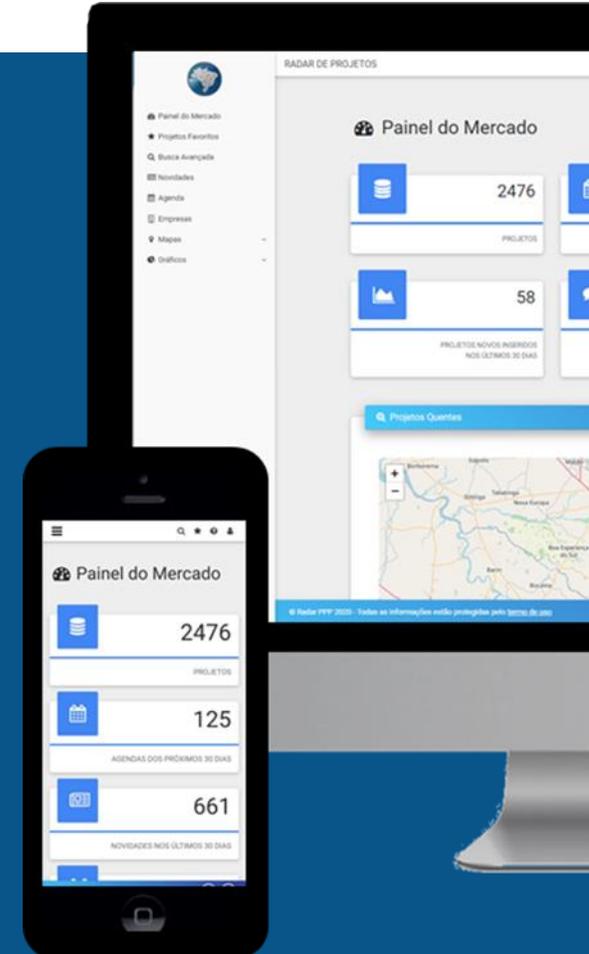
Iluminação Pública (Paraíba do Sul)

Iluminação Pública

Intenção Pública Anunciada



Rio de Janeiro | Paraíba do Sul



A consolidação do mercado de IP

O mercado de PPPs de IP aparenta ter chegado à maturidade tanto do ponto de vista jurídico, tecnológico e, sobretudo, de monetização, e grandes novidades no setor estão mais para a exceção do que para regra. Certamente, sempre há espaço para evoluir, aprimorar, e um setor tão dependente de evoluções tecnológicas dificilmente permanece estático.

Assim, antevemos que o próximo grande movimento no setor deve ser a sua consolidação.

Diferentemente de outros setores da infraestrutura, tais como o rodoviário e de saneamento, o controle societário das concessionárias de IP está bastante disperso no mercado. Nesses e em outros setores, quando estavam em fase de crescimento e com dispersão, players mais maduros, com estratégia de crescimento e com acesso a *fundraising* em quantidade, e custo atrativo adquiriram o controle de várias concessionárias para acelerar o aumento de seu *market share* ou até mesmo para nele ingressar (i.e.: sobretudo fundos de investimento).

Acreditamos que o mesmo acontecerá com as concessionárias de IP.

Nesse contexto, será importante avaliar como o cenário macroeconômico atual – substancialmente diferente daquele em que foram modelados, licitados e contratados os principais projetos vigentes – afetará as operações de M&A. Dito de forma mais simples, o dinheiro ficou mais caro e retornos maiores são naturalmente esperados.

A isso soma-se uma das principais críticas à maioria dos projetos licitados nos últimos anos: muitas concessões de iluminação pública foram obtidas mediante a oferta de deságios (preocupantemente) elevados. O *valuation* realizado no âmbito dos processos de *due diligence* que certamente precederão quaisquer operações societárias podem servir de importante indicador sobre a solidez econômica e financeira das concessionárias cujos acionistas tenham agido de forma excessivamente agressiva durante as licitações. Nos casos excepcionais em que tais informações venham a público, será interessante ver se causarão algum impacto nas modelagens econômicas de futuras concessões.

Superada a discussão acima, o importante é que a aquisição do novo negócio agregue valor. De nada serve seguir a tradicional receita de bolo comprar de concorrentes para crescer rápido se a soma das partes for menor que elas separadas.

Há também que se considerar a evolução da tecnologia. Por mais que se tenha falado nos últimos anos em receitas acessórias em concessões de iluminação pública e das potenciais maravilhas das *smart cities*, de concreto vimos muito pouco. Mas isso não quer dizer que a oportunidade não está ali.

Estamos acompanhando de perto o setor e certos de sua vanguarda.



Frederico Bopp Dieterich,
sócio da área de
Infraestrutura do Azevedo
Sette Advogados

“Conforme explorado em todos os TRPs de IP anteriores a este, o segmento é um dos mais ativos no setor de infraestrutura e aparenta ter chegado à maturidade. Acreditamos que o próximo grande movimento no setor deve ser a sua consolidação.”

Termômetro do Radar de Projetos

O **Termômetro do Radar de Projetos** foi concebido para funcionar de maneira similar aos termômetros utilizados para medir a temperatura do corpo humano. Nesse sentido, assim como temperaturas elevadas no corpo humano indicam “doenças”, no Termômetro do Radar de Projetos isso não é diferente.

O Termômetro não irá mensurar hipotermia, sendo focado apenas na indicação da situação febril. Dessa forma, temperaturas elevadas indicam excesso de adiamentos de sessões de abertura de envelopes de licitação, suspensões de licitações e cancelamentos de licitações (“**patógenos**”) e, considerando que há ao mesmo tempo novos elementos positivos do mercado, tais fatos serão comparados como surgimento de novos projetos monitorados no Radar de Projetos (“**anticorpos**”)¹.



¹ Sem dúvida que tais expressões são meramente ilustrativas. Para esclarecimentos sobre a metodologia do Termômetro do Radar de Projetos, consulte <https://www.radarppp.com/biblioteca/>

Interpretação dos Resultados

Os resultados mensurados pelo **TRP** serão sempre superiores a 37° e **quanto mais elevados, pior** – ou seja, é maior a ocorrência de adiamentos, suspensões e cancelamentos de licitações de projetos vis a vis a publicação de novos projetos.

Acima de 41°

HIPERTERMIA

Os dados do mês em análise apresentam um comportamento muito próximos da média do comportamento do ano base (2019).

39,6° - 41,0°

FEBRE ALTA

Os dados do mês apresentam um comportamento, em um primeiro nível mais elevado do que o comportamento médio do ano base (2019).

37,6° - 39,5°

FEBRE

Os dados do mês apresentam um comportamento, em um segundo nível mais elevado do que o comportamento médio do ano base (2019).

37,0° - 37,5°

NORMAL

Patamar mais elevado. Os dados do mês apresentam um comportamento, bem mais elevado do que o comportamento médio do ano base (2019).



Iluminação Pública

Evolução do Termômetro do Radar de Projetos

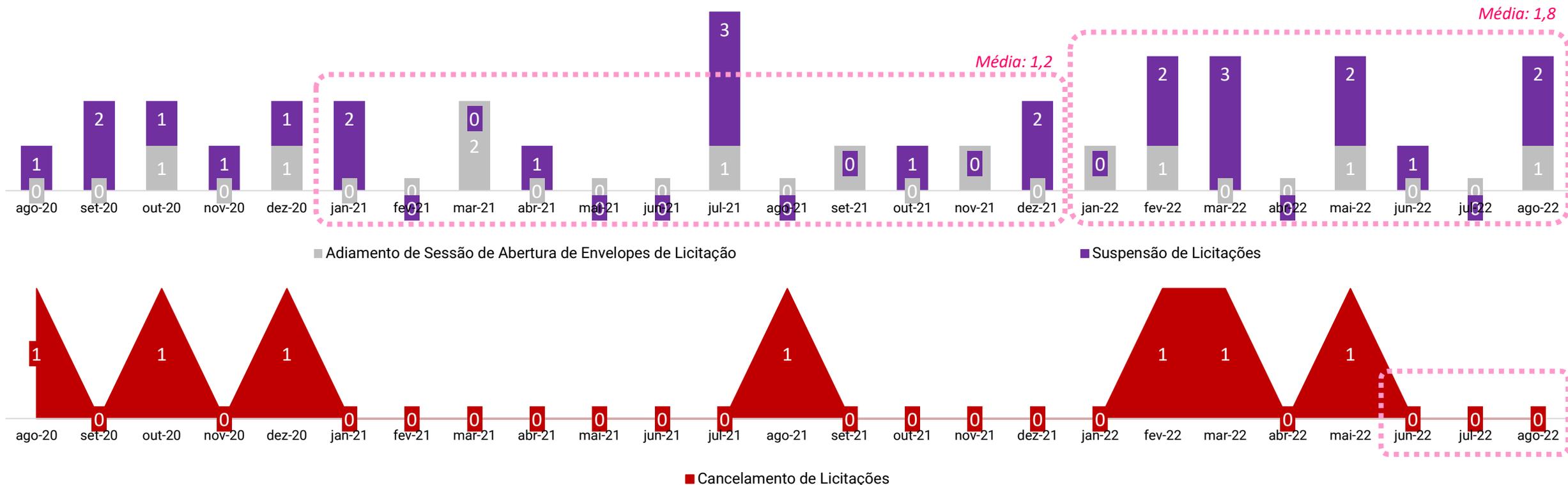
Iluminação Pública



Variáveis do TRP:

adiamento, suspensão e cancelamento de licitações

- 1 A média mensal de adiamentos e suspensões de licitações no segmento Iluminação Pública em 2022 é de 1,8, frente a 1,2 em 2021. Apesar do segmento não possuir histórico de um alto número de licitações frustradas, o aumento identificado deve ser observado por governos e empresas com atenção, pois pode sinalizar a existência de perda de qualidade em trabalhos recentemente desenvolvidos.
- 2 É o terceiro mês consecutivo que o segmento não apresenta licitações canceladas, situação que já ocorreu por pelo menos dois períodos nos últimos 2 anos.

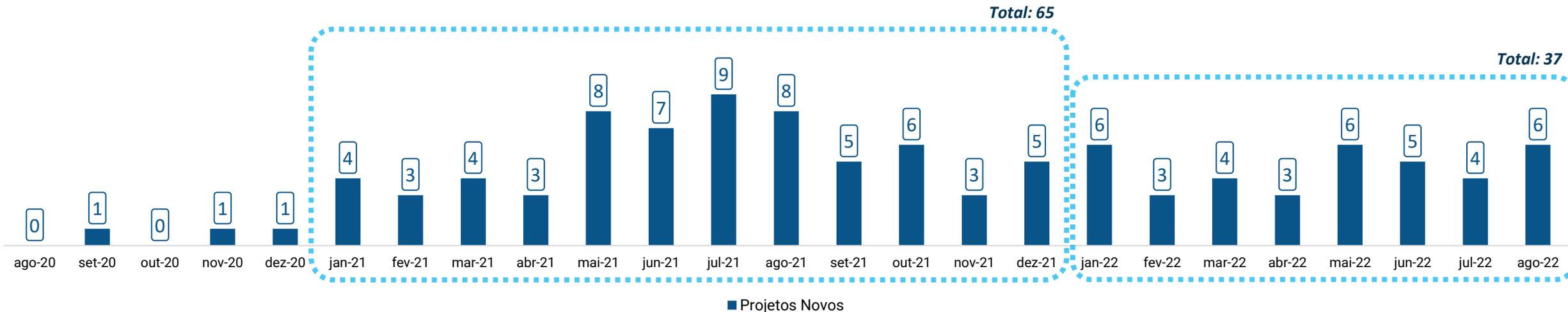


Iluminação Pública



Variáveis do TRP: projetos novos

- 3 O segmento Iluminação Pública desde janeiro de 2021 se mostra muito regular no lançamento de novos projetos. A média mensal deste período é de 5 projetos.
- 4 Apesar do bom desempenho no lançamento de novos projetos, 2022 parece que não conseguirá superar 2021 neste quesito. Até este mês foram 37 projetos em 2022, frente a 65 projetos novos em 2021.
- 5 Se sua empresa tem interesse em conquistar contratos de PPP de IP e não tem confiança de que a atual carteira é adequada ao seu perfil de investimento-alvo no segmento, é urgente a concepção e a implantação de uma estratégia resolutiva de origemação via PMIs desde já, para que as oportunidades possam alcançar a fase de concorrência pública ainda no presente mandato de Prefeitos e Prefeitas.



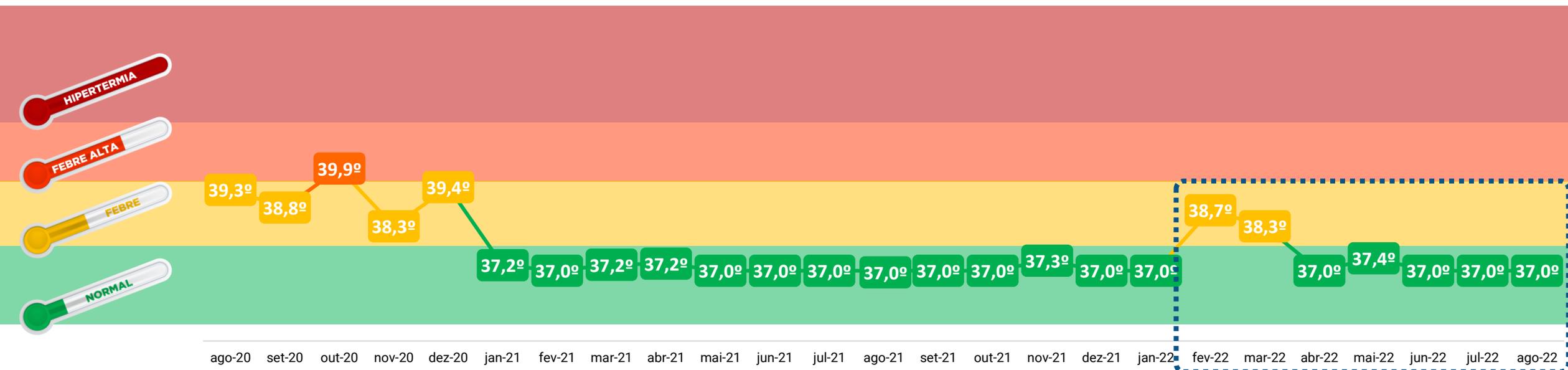
Iluminação Pública



Evolução do Termômetro do Radar de Projetos Últimos 25 meses

6

Com exceção de dois meses em 2022 (fevereiro e março) em que o segmento Iluminação Pública experimentou uma temperatura febril, **desde janeiro de 2021 o segmento se mostra estável, com temperaturas normais**. O resultado é decorrente de um número regular de novos projetos observados ao longo dos meses.





Leonardo Moreira C. de Souza, sócio da área de Infraestrutura do Azevedo Sette Advogados

“A estrutura de garantia por Conta Vinculada prevê uma esquematização de contas em que os recursos arrecadados por meio da COSIP/CIP são depositados numa conta centralizadora.”

Observações sobre a garantia prestada pelo Poder Concedente nas PPPs de IP

Segundo dados compilados pela Radar PPP, o serviço de Iluminação Pública (IP) é o serviço público que mais gera contratos de Parceria Público-Privada no País. Esse destaque é motivado por fatores como: (i) baixa complexidade técnica do serviço; (ii) desnecessidade de investimentos grandiosos em CAPEX; e (iii) sustentabilidade financeira do projeto decorrente da vinculação de recursos provenientes de contribuição de custeio dos serviços de iluminação pública (COSIP/CIP).

Esse último fator, inclusive, pode ser considerado como determinante para a viabilidade de PPPs de Iluminação Pública, uma vez que os recursos provenientes da COSIP/CIP são utilizados não só para o pagamento da remuneração do parceiro privado, como também como garantia de pagamento da contraprestação e demais obrigações pecuniárias assumidas pelo Poder Concedente no contrato de PPP.

Como se sabe, a Lei 11.079/2004 (Lei de PPPs) estabelece que o contrato de PPP deverá necessariamente conter cláusula prevendo garantia a ser prestada pelo Poder Concedente para pagamento das obrigações pecuniárias por ele assumidas no contrato (art.8º). Este tema, nos diversos setores de infraestrutura, constitui um ponto crucial para a viabilidade do projeto, frente às conhecidas dificuldades fiscais pelas quais passam os titulares do serviço. No setor de Iluminação Pública, há uma certa tranquilidade para a efetivação dessa garantia em virtude da já falada vinculação dos recursos da COSIP/CIP unicamente aos serviços de IP.

Nesse sentido, essa vinculação dos recursos da COSIP/CIP aos pagamentos devidos pelo Poder Concedente no contrato de PPP traz uma maior segurança jurídica à PPP de Iluminação Pública, reduzindo-se o risco de inadimplência do Poder Concedente e atraindo, em tese, mais investidores para a consecução desses projetos.

Mas, pergunta-se, o que nesse cenário pode ser entendido como melhores práticas de modelagem para fins de concessão da garantia pela Administração Pública?

Inicialmente, nos diversos projetos modelados, a opção de preferência e também considerada mais adequada é a de vinculação de receitas da COSIP/CIP em Contas Vinculadas (conta Escrow), frente à destinação exclusiva da COSIP/CIP aos serviços de IP.

Em resumo, a estrutura de garantia por Conta Vinculada prevê uma esquematização de contas em que os recursos arrecadados por meio da COSIP/CIP são depositados numa conta centralizadora, a partir da qual serão utilizados para o adimplemento das seguintes obrigações: (i) pagamento de contraprestação ao Parceiro Privado; (ii) abastecimento da Conta Reserva, que presta à garantia de adimplemento das obrigações pecuniárias assumidas pelo Poder Concedente; e (iii) pagamento da conta de energia com a respectiva distribuidora.

Trata-se, portanto, de um esquema simples de conta vinculada bastante eficiente. No entanto, é preciso ter alguns cuidados para evitar perda de atratividade do projeto, como infelizmente notamos em alguns casos.

Primeiramente, é preciso se certificar que o montante arrecadado com a COSIP/CIP será suficiente para a cobertura dessas três obrigações. Para isso, o estudo econômico-financeiro deve certificar a suficiência de recursos advindos da COSIP/CIP e, caso não existam recursos suficientes, é preciso levar em consideração a necessidade de ajuste na alíquota cobrada da coletividade nas contas de energia.

Em segundo lugar, na modelagem jurídica do contrato, os recursos provenientes da COSIP/CIP devem ser prioritariamente direcionados ao pagamento da contraprestação ao Parceiro Privado. O objetivo aqui é dar segurança jurídica e garantia ao Parceiro Privado de que receberá em dia a remuneração devida no contrato.

Por fim, é preciso sempre apartar a Conta Reserva da conta centralizadora, para que o Parceiro Privado possa acessar facilmente a garantia nos casos previstos em contrato, dando, assim, maior robustez à garantia.

Observando-se esses passos, que perfazem a melhor prática atual do mercado, os projetos de PPP dos serviços de Iluminação Pública apresentarão adequada modelagem e segurança jurídica, tornando-se atrativos à iniciativa privada, possibilitando, por consequência, a sua implementação e o pleno atendimento das expectativas sociais.

**Contribuição de Ivana Cota e Ernesto Medeiros T. de Araújo, advogados da área de Infraestrutura do Azevedo Sette Advogados*

O presente documento é um oferecimento de Azevedo Sette Advogados e da Radar PPP

Informação e análise de qualidade são elementos fundamentais para que o mercado de PPPs e concessões possa se desenvolver.

Entre em contato!

Infraestrutura e Projetos

Azevedo Sette Advogados é um dos principais escritórios no setor de infraestrutura e Direito Público. Temos tradição de mais de 40 anos em licitações, privatizações, direito regulatório, concessões, PPP (Parcerias Público-Privadas), contratos de engenharia e contratos administrativos. Também temos participação ativa nas fusões e aquisições de infraestrutura, bem como no financiamento de projetos (*project finance*) no Brasil e no exterior. Particularmente em relação às PPPs, nossa atuação inclui, ainda, a representação dos nossos clientes em demandas de contencioso administrativo e judicial, particularmente em casos de reequilíbrio econômico-financeiro.

Experiência em M&A, Contratos, Direito Regulatório Contencioso e Arbitragem, PPPs, PMI, MIP, BTO, Concessões, Project Finance, Investimentos, entre outros.



Azevedo Sette
ADVOGADOS

Visite nosso site: azevedosette.com.br



O Radar de Projetos é o mais completo banco de dados sobre a experiência brasileira com concessões e PPPs. Agradecemos a todos os nossos clientes por contribuírem para que possamos manter nosso serviço de inteligência de mercado cada dia com mais robustez e qualidade.

O Termômetro do Radar de Projetos é um oferecimento da Radar PPP para os milhares de profissionais que atuam diariamente com projetos governamentais de longo prazo que contam com investimento privado, na modalidade de PPP e concessão. Trata-se de uma pequena amostra do potencial do banco de dados.

É um dever coletivo que possamos, sempre, melhorar a qualidade das concessões e PPPs, contribuindo para que tenhamos iniciativas que valorizem ao máximo o emprego de recursos públicos e tarifários.

Críticas e comentários serão muito bem recebidos. Não hesite em entrar em contato conosco (info@radarppp.com). A Radar PPP sempre estará aberta para interagir com quem respeita e precisa de dados e análises para tomar decisões de qualidade.



Visite nosso site: radarppp.com



Para esclarecimentos sobre a metodologia do Termômetro do Radar de Projetos, consulte <https://www.radarppp.com/biblioteca/>.